



Senado Federal

*Audiência da Comissão de Constituição,
Justiça e Cidadania - PEC nº 20/2007*



*Cobrança pelo Estado de origem do
ICMS sobre Petróleo, Combustíveis
e Energia Elétrica*

André Luiz Barreto de Paiva Filho

*Brasília
Junho de 2010*



Sistema Tributário e ICMS

- Os mais graves problemas do Sistema Tributário Nacional estão associados ao ICMS (complexidade, dificuldades consecução da não-cumulatividade, guerra fiscal, etc.)
- Esses principais problemas decorrem do fato do ICMS ser um imposto de abrangência nacional, de competência estadual, onde as operações entre os Estados, parte expressiva do imposto pertence ao Estado de origem (da produção)
 - Alíquota nas operações interestaduais: 12%
 - S/SE (exceto ES) => N/NE/CO (mais ES): 7%



Problemas Relacionados ao ICMS

- As principais distorções derivam do fato de que parte do ICMS é **devido ao Estado de origem**
 - O contribuinte de fato (consumidor) paga o imposto para um Estado diferente do seu
 - O Estado do adquirente arca com o crédito de um imposto que não arrecadou
 - Relutância em dar aproveitamento do crédito fiscal (caso dos exportadores)
 - Onera o investimento
 - Guerra Fiscal - o Estado pode oferecer vantagens, pois fica com uma parte do imposto que não ficaria caso não produzisse, comercializasse, ou mesmo importasse, a mercadoria, em seu território



Reforma Tributária – principal ponto: ICMS

- Reforma do ICMS:
 - **Fim da guerra fiscal**
 - **Correção de distorções** na estrutura tributária
 - Melhora da **Política de Desenvolvimento Regional**
 - **Racionalização da Política Tributária**
 - Melhoria da qualidade das **relações federativas**
- Soluções:
 - **ICMS preponderante no consumo**
 - **Implantação gradativa**
 - **Fundos de Desenvolvimento (Nacional e Estaduais)**
 - **Fundo de Equalização de Receitas**



Arrecadação do ICMS: principais setores

ICMS	2009 (R\$ Bi)	Participação
Total	229,4	100%
Petróleo e Combustíveis	36,3	16%
Energia Elétrica	23,1	10%
Comunicações	27,8	12%

Fonte: Site Confaz Internet

- Principais setores de arrecadação **ICMS: consumo**
- não atingidos pela guerra fiscal
- os Estados não tem vantagens tributárias em função do local da produção ou geração



Medidas da PEC nº 20/2007

- Questão eminentemente federativa: redistribuição de receitas
 - Implica Estados ganhadores e perdedores, em montantes expressivos da arrecadação do ICMS
 - Não trata de medidas compensatórias, o que somente é possível e se justifica no âmbito de uma reforma abrangente, que solucione os problemas do atual modelo
 - Amplia o problema sistêmico do imposto estadual
 - Mais tributo pago pelo consumidor ao Estado que não o seu
 - Cria mais resistência dos Estados ao aproveitamento de créditos, especialmente dos exportadores, pois ampliará os créditos de ICMS oriundos de outros Estados
 - Aumenta o espaço guerra fiscal
 - Piora o cenário para consecução da Reforma Tributária, pois vai em sentido oposto das medidas necessárias à correção dos problemas



Conclusões

- Dificuldade/impossibilidade de alterações pontuais com grande impacto nas receitas dos Entes
- Necessidade de revisão mais abrangente do federalismo fiscal brasileiro
 - FPE
 - ICMS interestadual
 - Partilha do ICMS dos municípios
 - Participação de Estados e Municípios na arrecadação federal

